

**EDcl no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.210.758 - RS (2017/0304142-1)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**EMBARGANTE : DELCIO JOSE GUADGNIN**  
**ADVOGADOS : ADRIANO MARCELO RAMBO E OUTRO(S) - RS053219**  
**LUÍZA STOFFEL - RS097674**  
**EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INTERES. : ELISA RAMOS DE MORAIS - ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO**

**EMENTA**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. AUSÊNCIA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS DO ART. 619 DO CPP. CONTAGEM DE PRAZOS. DIAS CORRIDOS. MATÉRIA SUBMETIDA A JULGAMENTO PELO PLENÁRIO DO STF NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ARE N. 999.675/SP. SOBRESTAMENTO DOS CASOS RELACIONADOS NÃO ORDENADO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. O acórdão foi claro ao consignar que, em ações que tratam de matéria penal ou processual penal, a contagem dos prazos correrá em cartório e será contínua e peremptória, sem interrupção por férias, domingo ou feriado, não se computará no prazo o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento (art. 798 do CPP).
2. No caso, o recurso especial foi interposto após o prazo de 15 dias corridos.
3. Embora a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal haja decidido submeter ao Plenário daquela Corte o julgamento dos Embargos de Declaração no ARE n. 999.675/SP – que também questionam a aplicação das regras previstas no Código de Processo Civil em vigor ao processo penal –, não determinou o sobrestamento de todos os feitos criminais atualmente em trâmite.
4. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, rejeitar

os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

